



## Aos leitores

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos está iniciando uma nova fase na publicação do *clipping* semanal produzido pelo Programa de Estudos Africanos que inclui várias modificações.

A primeira delas se refere à denominação do *clipping*, agora rebatizado de NOTÍCIAS AFRICANAS, que acreditamos refletir melhor o caráter da publicação. Ao lado da renomeação, o *clipping* sofrerá alteração em sua numeração, recomeçando do número 1.

O segundo ponto é resultado de nossa preocupação com a apresentação gráfica. O leitor observará que os recortes de jornais muitas vezes receberam novo tratamento gráfico-visual para adaptá-los às dimensões do *clipping*, evitando assim excessivas reduções xerográficas que dificultavam a leitura.

Por fim, se ao longo de vários números do anterior "A Semana na África" o leitor pôde acompanhar as matérias publicadas na imprensa portuguesa sobre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) e África Austral, a partir de agora NOTÍCIAS AFRICANAS também reproduzirá artigos de publicações de outros países, assim como intensificará a publicação de matérias de natureza analítica escritas pelos pesquisadores do Programa de África do CEEA.

### ÁFRICA DO SUL

## O Inkhata nas negociações

O avanço nas negociações para a transição democrática na África do Sul é o ponto auspicioso da última semana nesse país. O caráter multipartidário que, agora, vem sendo imprimido é a novidade. Com a incorporação do Inkhata, a base de negociadores envolvidos se amplia, conferindo maior legitimidade às decisões que serão deliberadas. Excluído das negociações, o Inkhata representou sempre uma fonte de instabilidade, não hesitando em hostilizar as tentativas de negociação esboçadas. Aceitar a participação do movimento zulu na mesa de negociações significa viabilizar o êxito no processo de transição democrática sul-africano.

A Conferência para uma África do Sul Democrática (Codesa 3) é o objeto da discussão na reunião multipartidária prevista para esta semana. A Conferên-

cia será o teste no qual poderão ser avaliados os efeitos da incorporação do Inkhata nas negociações. A Codesa 3 estabelecerá as coordenadas para a realização das eleições gerais de 1994 e para a redação de uma constituição provisória. Portanto, é uma etapa de decisiva importância no processo de transição.

A *ancestralidade* nos conflitos entre os negros sul-africanos é um nó complexo e bastante difícil de desatar. Isto é, as divisões que causam instabilidade na África do Sul não são apenas entre brancos e negros – os confrontos entre zulus e xhosas há muito acontecem, manchando com sangue as relações dos dois grupos étnicos. A questão é saber o quanto será possível diminuir ou impedir que os mesmos inviabilizem a transição política sul-africana. (Roque-naldo Amaral Ferreira)

## NESTA EDIÇÃO

### Angola:

- Noticiário sobre a guerra em Angola (Pág. 3, 6, 7, 9 e 10)
- O meu apelo (artigo da dirigente da Unita Fátima Roque) (Pág. 4)
- Sr. Clinton, mande parar Savimbi (artigo do membro da Plataforma de Esquerda Raimundo Narciso) (Pág. 5)
- Um resto de esperança (artigo do candidato presidencial pela Aliança Democrática, Simão Cacete) (Pág. 7)

### São Tomé:

- Nova demissão no partido do governo (Pág. 11)

### África do Sul:

- Entrevista com o observador português da CE na África do Sul (Pág. 12)

### Moçambique:

- Entrevista com o comandante das forças da ONU em Moçambique (Pág. 13)

### Cabo Verde:

- Veiga prepara remodelação (Pág. 14)

## COMUNICADO

Participamos a todos os estudantes que recebem o *clipping* NOTÍCIAS AFRICANAS a imediata necessidade de confirmação de seus endereços residenciais, para atualização de nosso cadastro e para que continuem recebendo regularmente a publicação.

## MOÇAMBIQUE

## Paz requer segurança e o repúdio a soluções paliativas

O comandante das Forças Armadas da ONU em Moçambique, o major-general brasileiro Léllo Gonçalves Rodrigues, disse acreditar plenamente que os representantes do governo e da Renamo estão seriamente empenhados em buscar a paz. Mostrando-se diplomático e procurando não adentrar no campo das questões políticas, Gonçalves Rodrigues se ateve às orientações que terão as forças multinacionais da Operação das Nações Unidas para Moçambique (Onamuz): nada impor e em tudo cooperar para a plena pacificação do país.

Como o grande temor é que se reproduzam os erros ocorridos em Angola, o comandante das forças da ONU disse que em Moçambique o "espectro angolano" não se assentará, pois tudo

será resolvido de comum acordo entre a ONU, a Renamo e o governo. Acreditando que as forças que concentram capacidade para impor a paz e a guerra são a Frelimo e a Renamo, Gonçalves Rodrigues transferiu para a Polfcia o controle e a repressão aos grupos armados que realizam ataques nas estradas do país. Tudo isso porque a segurança é uma questão fundamental para que cessem as violações aos acordos de paz.

Já o representante das Nações Unidas, o italiano Aldo Ajello, tem procurado cercar o processo de pacificação de todas as precauções possíveis. Como os locais de acantonamento e desmobilização das tropas estão todos identificados e supervisionados, e ainda há excessiva desconfiança entre o governo e

a Renamo, ele afirmou que poderá ser "forçado" a pedir à ONU que suspenda o envio de observadores militares.

Os cuidados e advertência demonstrados por Ajello são necessários. Não obstante, devem chegar a Maputo nos próximos dias dezenas de observadores internacionais e um batalhão de soldados italianos. Os acontecimentos se sucedem assim como as dificuldades. A necessária determinação em concretizar, ponto por ponto, os ditames dos acordos de paz agravará as mazelas que afligem a população. Por outro lado, soluções paliativas poderão trazer a Moçambique desfechos mais graves do que em Angola (ver mais detalhes, nas páginas 13 e 14).

(Edson Borges)

## ANGOLA

## "Os próximos tempos serão de guerra"

A declaração é do chefe da delegação angolana às negociações de paz em Adis-Abeba, general Higinio Carneiro, e foi feita depois da confirmação de que a Unita não compareceria à reunião marcada para 28 de fevereiro passado. O movimento rebelde de Jonas Savimbi alegou falta de segurança para deslocar-se do Huambo até a capital etíope, apesar das garantias e meios postos à sua disposição pelas Nações Unidas. O que os analistas apontam é que Savimbi só quer negociar a partir de uma situação de força militar, o que poderia ocorrer caso a Unita dominasse completamente o Huambo, o que não acontece. A batalha está indecisa.

A comunidade internacional criticou

a ausência da Unita. A *troika* de observadores (EUA, Rússia e Portugal) vê diminuir a sua capacidade de mediação no processo, dando lugar à atuação mais direta das Nações Unidas. Angola já está permanentemente presente na agenda do Conselho de Segurança da ONU e o caráter irreversível desse organismo confere grande importância à Resolução 804, de 29 de janeiro. Nessa decisão, o Conselho de Segurança repetia a condenação firme à atitude belicista da Unita, apelava a todos os países do mundo para que dessem todo o apoio pacífico ao novo governo angolano e condenava a ingerência armada de outros países em Angola.

(José Maria Nunes Pereira)

## Frustrada reunião Angola-Estados Unidos

Estava marcada para o final de fevereiro uma reunião, em Londres, do representante norte-americano Herman Cohen com uma delegação governamental angolana. Nesse encontro, os Estados Unidos deveriam propor "uma nova repartição de influências" e a atribuição a Jonas Savimbi de "um cargo honorário com prestígio e poder" para que o líder da Unita "não se sentisse marginalizado".

Segundo a fonte angolana que revelou ao jornal Expresso o propósito da reunião, o governo de Luanda teria acedido em participar do encontro "na esperança de, em contrapartida, ver reconhecido o seu regime", mas o conteúdo das propostas norte-americanas relativas à Unita causou irritação em Luanda e frustrou a reunião. Por

sua parte, os norte-americanos deixaram vazar para a imprensa as suas propostas. Estas se conjugam com os propósitos federalistas que poderiam ser apresentados pela Unita numa futura rodada de negociações.

Em relação a esses propósitos, o porta-voz de Luanda, general Higinio Carneiro, manifestou uma atitude de abertura: "Os problemas que a Unita levanta e que ainda não fez chegar à mesa de negociações - o reordenamento do território sob bases federalistas ou regionalistas e a libertação de Abel Chivukuvu - podem ser discutidos, mas a prioridade é o fim dos combates. Não é exigência nossa: está consagrada na Resolução 804 do Conselho de Segurança e no comunicado da *troika* publicado em Lisboa." (JMNP)

## A batalha de Huambo

O Planalto Central continua sendo o principal palco de lutas entre as Forças Armadas de Angola e os rebeldes da Unita. Calcula-se que cerca de 13 mil pessoas morreram ou foram gravemente feridas nos últimos dias de combate em Huambo, hoje uma cidade-fantasma. Um cálculo mais amplo, incluindo os combates em todo o país desde o final de outubro, estima em 60 mil o número de mortos.

Segundo a agência Reuter, a situação militar na região continua indefinida. A Unita estaria mantendo sob domínio a maior parte da cidade. A parte ocidental e o palácio do governo estariam sob controle das forças governamentais. Segundo o jornalista W. Tonet, as duas partes têm potencial bélico capaz de prolongar a guerra até o final do ano. (JMNP)

## Aviões russos abastecem a Unita

Uma informação do SARDC (Southern African Research and Documentation Center, sediado em Harare) com base em relatório divulgado por um jornal do Zimbábue indica que os russos alugaram aviões em sistema de *leasing* à empresa sul-africana Safair. Esses aviões, tripulados por russos, estariam abastecendo de armas a Unita a partir de aeroportos em território da África do Sul. Moscou desmente a notícia.

Contudo, um graduado diplomata norte-americano afirmou *off the record* que Washington já possuía evidências de que a Unita estava comprando armamentos à Rússia. "Os russos podem negar, mas é verdade. Talvez Yeltsin não saiba o que está acontecendo, mas eles precisam desesperadamente de divisas."

O diplomata acrescentou que a Unita estava com bastante dinheiro em caixa proveniente da venda de diamantes e de proteção às companhias petrolíferas americanas atuando em Angola. (JMNP)

Governo e UNITA reatam conversações sexta-feira

# Cessar-fogo espera pelo Huambo

António Matos  
em Luanda

Como em 1976, os angolanos voltaram este ano a não festejar o Carnaval. Sinais da guerra, particularmente intensa no Huambo. Mais tênues são os sinais de desanuviamento: admite-se agora que o Governo e a UNITA voltem a encontrar-se na sexta-feira, mas a hipótese do cessar-fogo é remota.

**G**overno e UNITA poderão reatar as conversações de paz na próxima sexta-feira, em Adis Abeba, anunciou ontem em Luanda um porta-voz da Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II). Nesta nova ronda negocial, o cessar-fogo volta a ser o principal objectivo, embora a intensidade dos combates no Planalto Central leve alguns diplomatas na capital angolana a encararem com pessimismo essa possibilidade: "Não é provável o cessar-fogo antes de uma das partes conquistar o Huambo".

Neste encontro, em que a UNAVEM fez questão de salientar o papel da ONU como principal mediador, as duas partes não deixaram de ter como

pano de fundo a posição dos observadores do processo de paz — Portugal, Rússia e Estados Unidos —, cujos responsáveis pela política africana se reúnem hoje em Lisboa.

O encontro na capital portuguesa servirá para os países que acompanharam a aplicação dos Acordos de Bicesse reverem a sua participação no processo de paz. Em causa está, segundo alguns analistas em Luanda, o esgotamento das fórmulas daquele protocolo, que apesar de tudo restituiu a paz aos angolanos durante os 16 meses que decorreram entre a sua assinatura e a realização das eleições.

A via diplomática — a única a que os observadores do processo de paz parecem dispostos a recorrer — deixou de ter qualquer resultado com o regresso da UNITA à luta armada, depois de rejeitar o resultado das eleições homologadas pelas Nações Unidas. Uma hipótese que se admitia estivesse na mesa do encontro entre Briosas e Gala e António Monteiro (Portugal), Gregori Karassin (Rússia) e Herman Cohen (Estados Unidos) era a de fecharem os olhos a uma intervenção armada estrangeira ao lado das forças governamentais.

No passado sábado, a Rádio Nacional de Angola chegou a noticiar a disponibilidade do Governo francês "para ajudar o Governo angolano a evitar que a UNITA destrua as instalações petrolíferas". A França tem importantes interesses económicos neste país, nomeadamente

o "off-shore" da exploração petrolífera do Soyo, para além de que a sua presença em Angola aumenta a influência francófona nesta região de África. Durante a tarde de ontem, o embaixador francês em Luanda esteve indisponível para comentar aquela informação da rádio oficial angolana.

Governo e UNITA continuam envolvidos em intensos combates na cidade do Huambo, segundo o Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), que disse, em comunicado, terem sido mortos pela UNITA o pai e o irmão do governador daquela província, Baltazar Manuel.

O mesmo oficial das FAA reconheceu, no entanto, que a coluna destinada a reforçar as fileiras governamentais no Huambo foi interceptada entre o Cubal e a Ganda por tropas rebeldes, mas terá prosseguido a sua marcha. Recorde-se que há cerca de oito dias os Médicos Sem Fronteiras francesas abandonaram aquelas duas localidades da província de Benguela, depois da sua ocupação pela UNITA.

## Pouco Carnaval

Como em 1976, os angolanos voltam este ano a não festejar o Carnaval. O Governo de Luanda decretou, porém, tolerância de ponto para hoje e recomendou que este dia se torne numa "jornada de reflexão sobre a situação político-militar" no país "e sobre o seu causador".

## Observadores apostam ainda em Adis Abeba

Fernando Sousa, PÚBLICO, 24.2.93  
com António Matos, em Luanda

OS OBSERVADORES do processo de paz em Angola defenderam ontem em Lisboa a observância dos acordos de paz de Bicesse e dos resultados das eleições de Setembro — "geralmente livres e justas" — como a única saída para a crise pós-eleitoral angolana.

"Os observadores estão firmemente convencidos que há condições para se avançar positivamente no processo de paz, desde logo porque as duas delegações aceitaram já estar presentes em Adis Abeba", disse o secretário de Estado da Cooperação, Briosas e Gala. "De outro modo seria uma encenação cínica e cruel", sublinhou.

Reunidos em Lisboa para analisarem os últimos desenvolvimentos da situação em Angola e prepararem o segundo encontro de conversações directas entre o Governo e a UNITA, marcado para sexta-feira, em Adis Abeba, os representantes de Portugal, Es-

tados Unidos e Rússia, concordaram na necessidade do restabelecimento de um cessar-fogo em todo o território e no reforço do papel da Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II).

Briosas e Gala, Herman Cohen e Gregory Karassin — cujo encontro durou oito horas e meia, "quase em permanente reclusão", segundo o secretário de Estado da Cooperação português — consideraram o fim das hostilidades como o "objectivo prioritário", apontando aos beligerantes a responsabilidade de um calendário específico para a sua execução.

Os observadores — cujo comunicado apenas contém "os aspectos divulgáveis da reunião" — sublinharam que os dois lados poderiam ir pensando "entretanto em responder positivamente aos apelos de tréguas lançados pela Cruz Vermelha Internacional e pela ONU" para acorrer às necessidades de assistência humanitária

às populações.

Manifestaram ainda que a próxima ronda conduza à aplicação integral da Resolução 804 do Conselho de Segurança, de 29 Janeiro, "incluindo a cessação imediata e efectiva de qualquer ingerência externa militar ou paramilitar, directa ou indirecta, em território angolano", e a necessidade de assegurar a protecção de todos os representantes de partidos democraticamente eleitos — numa evidente alusão tanto às acusações de Luanda contra ingerência do Zaire e África do Sul, como à situação dos deputados da UNITA "sob custódia" do Governo.

## Malas aviadas

A delegação governamental que esteve em Adis Abeba em 28 de Janeiro, chefiada pelo deputado Faustino Muteka e pelo general Higinio Carneiro, deslocou-se segunda-feira a Lisboa expressamente para dizer ao representante americano Herman Cohen

Em algumas casas particulares e de recreio nocturno na capital, cumpriu-se, nas últimas noites, o ambiente da festa. Mas a azáfama da rua característica destes dias, essa não existiu. Também o desfile dos grupos carnavalescos que no dia de Carnaval transformava a avenida marginal de Luanda num sambódromo — com tribuna presidencial — foi cancelado. A "solidariedade dos cidadãos angolanos para com as vítimas dos sangrentos confrontos" do Huambo é a justificação apresentada pelo "Jornal de Angola" de ontem para não se realizar este concurso.

Em 1976, à data reservada ao Carnaval no calendário litúrgico-pagão, ocorriam combates próximos de Luanda entre o Governo e o MPLA, apoiado pelo exército cubano, e a UNITA, que contava com o apoio dos sul-africanos. Por isso, a festa a que os angolanos se entregavam normalmente de corpo e alma ficou por fazer.

Algumas semanas depois, no dia 25 de Março a vitória militar sorria às forças governamentais. E Agostinho Neto, ao tempo Presidente da República, decretou que os angolanos festejassem então o Carnaval. A outra data ficaria esquecida e a 25 de Março os angolanos passaram a comemorar o "Carnaval da Vitória" sobre os sul-africanos. Com os acordos de paz, o Carnaval voltou ao calendário litúrgico-pagão. Mas só seria festejado em 1992.

o seu ponto de vista sobre as conversações que teve com a UNITA.

A mesma delegação regressou ontem a Luanda e marcou, para hoje, a viagem para a capital etíope. A dúvida é se esta representação virá a incluir parlamentares. Neste caso, como a UNITA já tomou posse na Assembleia Nacional, admitia-se a hipótese de o líder parlamentar do partido, Carlos Morgado, ir a Adis Abeba.

Mas outra delegação governamental saiu ontem de Luanda, esta chefiada pelo ex-vice-ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. O general António França N'Dalo, principal negociador dos acordos de Bicesse, foi a Madrid, admitindo-se na capital de Angola que a viagem está relacionada com o apoio que o Governo espanhol tem dado à formação da polícia antimotim e ao apetrechamento das Forças Armadas angolanas. ■

# O meu apelo

*Fátima Roque\**

**F**ui libertada da "custódia", que me foi imposta pelo Governo de Angola, no dia 4 de Fevereiro, pouco mais de três meses depois de, em Luanda, terem sido destruídas instalações e residências da UNITA e de muitos dos meus colegas da Comissão Política terem sido mortos pela polícia de emergência do Governo e pela milícia "popular" armada para o efeito.

Tendo regressado a Lisboa, fiquei perturbada ao descobrir que os factores relativos à situação angolana são tão mal compreendidos. Mas isto é facilmente explicável. Muitos cidadãos portugueses — e, claro, a maioria dos angolanos — punham as maiores esperanças na paz e no nascer da democracia em Angola, e alguns portugueses estão agora prontos a acreditar nas mais estranhas histórias postas a correr, num desejo de perceber como é que tudo pôde ter corrido tão mal.

É suficiente um exemplo desse desconhecimento: na base de todas as informações pessoais a que eu tinha acesso, antes de 31 de Outubro, como membro da Comissão Política da UNITA e daquelas que, depois de estar sob custódia, me foram reveladas por membros e funcionários do governo, em Luanda, estou convencida de que a UNITA não planeou, nem tentou executar um ataque a instalações governamentais em Luanda, já para não falar de um golpe.

Com efeito, como é do meu conhecimento, depois de 25 de Outubro, a UNITA estava empenhada, sem reservas, em negociar um acordo com o Governo de Angola para acabar com o risco de guerra, para estabelecer condições para a segunda volta das eleições presidenciais (o que pressupõe claramente a aceitação dos resultados eleitorais) e a formação de um Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional — uma frase da autoria da delegação do Governo na comissão conjunta de negociações.

Um documento que compreendia uma síntese das propostas das delegações das partes, e que incluía as contribuições dos observadores e da UNAVEM, foi agendado em 29 de Outubro e exaustivamente discutido no dia 30 e na manhã de 31 desse mês. Estava em vias de ser finalizado quando os negociadores terminaram a sessão de trabalhos do período da manhã, cerca de uma hora e meia antes de se iniciar o ataque aos escritórios e às residências da UNITA.

Mas tentar explicar o que aconteceu, e porquê, na tragédia de Angola é uma tarefa para outra altura. O propósito desta declaração, emitida sem rancor e com um espírito positivo, é tentar ajudar todos os angolanos a escaparem da medonha tragédia de que toda a nação está prisioneira. Estou a emití-la a favor dos meus amigos e colegas da UNITA e dos meus compatriotas de todos os outros partidos angolanos. É

um apelo pessoal à razão sobre o preconceito, à confiança sobre a desconfiança, para uma visão do futuro sobre a vivência nos horrores do passado.

Angola necessita desesperadamente de paz — para conseguir auxílio alimentar para os três milhões de cidadãos angolanos que enfrentam o risco de fome, para sarar as profundas feridas de guerra e para se iniciar a gigantesca tarefa de reconstrução social e económica.

Mas, para que a paz seja duradoura e permita realizar os nossos anseios, ela deve ser conseguida honrosamente e ser alcançada no quadro estabelecido para a transição da guerra civil para a democracia representativa em Angola — conforme os Acordos de Paz para Angola, assinados em Bicesse pelo Presidente José Eduardo dos Santos e pelo dr. Jonas Malheiro Savimbi, em 31 de Maio de 1991.

Os ferozes e destruidores combates no Huambo e noutras partes de Angola em nada contribuem para a paz e a democracia. Mas foram as forças governamentais, e não as da UNITA, que atacaram o Huambo. O conflito no Huambo não pode terminar enquanto aviões de caça atacam as posições da UNITA ou o Governo movimentam novas forças para o planalto central.

As partes devem regressar urgentemente a Adis Abeba para desenvolverem os princípios alcançados, com êxito, na primeira ronda de conversações. É urgente e necessário um cessar-fogo total, mas o cessar-fogo deve ser fundamentado nos acordos de paz.

Todos os prisioneiros, de ambos os lados, devem ser libertados. A CCPM e os seus instrumentos de fiscalização devem ser ressuscitados. Todas as forças especiais — a polícia de emergência, bem como as forças da UNITA — devem estar confinadas às áreas de acantonamento identificadas nos acordos e depois transferidas para o controlo conjunto político-militar das FAA. A UNAVEM deve ser reforçada e usada para apoiar os acordos de paz. A proposta do secretário-geral da ONU, de convocar uma reunião urgente entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o dr. Savimbi, para discutir o caminho a seguir no quadro dos acordos, deve ser fortemente apoiada.

Acima de tudo, estas diligências devem ser realizadas urgentemente. O tecido social de Angola foi horrivelmente mutilado. A coesão nacional é extremamente frágil. Resta muito pouco tempo se queremos evitar as tragédias da Somália e da Bósnia-Herzegovina.

Espero que venha a ser perdoada se eu voltar a implorar pela situação de mais de dois mil dos meus amigos e companheiros da UNITA, detidos em Luanda. Neles se incluem mulheres, crianças e membros eleitos da Assembleia Nacional, quadros, militantes e simpatizantes da UNITA e mais de mil condutores e guardas das FALA.

Estes homens, mulheres e crianças têm sobrevivido em condições muito piores do que o comparativo luxo em

que estive detida durante o mesmo período. Eles foram expostos a tremendas pressões físicas e psicológicas. Podia dizer mais, mas estou constringida pelo receio de que a frontalidade possa prejudicar a possibilidade de se alcançar aquela paz e a harmonia de que Angola necessita tão desesperadamente.

## Um "travesti" de democracia

As tentativas de pressionar estes homens e mulheres no sentido de fazerem declarações criticando a direcção da UNITA, ocuparem os seus lugares na Assembleia Nacional, de fundar uma "nova" UNITA ou de regressar às FAA e jurar fidelidade ao Presidente José Eduardo dos Santos enquanto o país está em guerra, em nada contribuirão para a paz em Angola.

As instituições democráticas são fundadas na liberdade dos cidadãos e no exercício pleno dos seus direitos civis e políticos. Assim, uma Assembleia Nacional constituída por deputados forçados a tomarem os seus lugares ou mantidos "sob custódia", com o consequente controlo dos seus movimentos, não tem representatividade nacional e não está em condições de reflectir, em termos legislativos, os desejos do povo que pretende representar. Será um "travesti" de democracia.

Os esforços do Governo para utilizar este "travesti" para desacreditar — mesmo até, talvez, ilegalizar — a oposição, nem ajuda a criar o espírito democrático, nem contribui para se obter a paz em Angola. Os angolanos devem-se reencontrar de novo, reconstruir a confiança e, em conjunto, descobrir a visão do futuro que transcenda os horrores da nossa história, em particular a dos últimos meses. A libertação de todos os presos e detidos é o primeiro passo essencial.

Meditei cuidadosamente antes de redigir esta declaração. Como muitos dos meus amigos da comunicação social sabem, resisti a todas as tentativas para dar entrevistas. Continuarei a recusar fazê-lo, pois não estou convicta de que o facto de eu falar neste momento, para além daquilo que disse nesta declaração, contribua para a causa da paz em Angola — uma causa que me é mais querida do que qualquer outra. Peço a vossa compreensão para a minha decisão.

Permitam-me, também, usar esta ocasião para agradecer publicamente, do fundo do meu coração, a todos quantos me deram, a mim e aos membros da minha família em Lisboa, apoio moral e prático durante o período da minha custódia e ajudaram a conseguir a minha libertação. Deus vos abençoe a todos. ■

Lisboa, 24 de Fevereiro, 1993

\* dirigente da UNITA, responsável pelos Assuntos Económicos

# Sr. Clinton mande parar Savimbi

Raimundo Narciso\*

**A** guerra pós-Bicesse que devastada Angola está a tornar-se, em poucos meses, mais mortífera e destruidora que os anteriores 16 anos da guerra civil. Esta guerra sem quartel já destruiu Huambo, a segunda cidade do país, onde terão morrido mais de dez mil pessoas. Por todo o país foram ceifadas milhares de vidas e dezenas de outras cidades e povoações estão semiarrasadas, num processo revoltante e triste, que está a arrastar Angola, um dos mais ricos países de África, para o abismo da fome e da desorganização, em que já outros países do continente mergulharam.

Esta nova guerra desencadeada quando parecia estar finalmente à mão a paz tão ansiosamente aguardada pelos angolanos, não tem, como frequentemente sucede, causas difusas, culpas repartidas e soluções de direito inextrincáveis.

Esta guerra que ameaça somatizar Angola tem um autor — Savimbi. Tem cúmplices — a África do Sul e Mobutu. Tem objectivos claros e inaceitáveis — obter pelas armas o poder que não foi possível conquistar pelo voto.

Neste quadro inequívoco, é uma hipocrisia assumir a posição salomónica de repartir por ambas as partes as responsabilidades pelo regresso à guerra.

**Bicesse e as eleições são para valer** — A situação não é a mesma antes e depois de Bicesse. Não é a mesma antes e depois das eleições. MPLA e UNITA não estão na mesma posição relativamente à governação em que estavam antes do acto eleitoral. O MPLA obteve um mandato para ser Governo. E a UNITA obteve o estatuto de partido de oposição. Perante um quadro de tão flagrante infracção dos acordos de Bicesse e da legalidade democrática, por Savimbi, não é aceitável que Portugal, a Rússia, os Estados Unidos e a ONU, que assumiram responsabilidades no processo de paz, se limitem ao uso de meios de persuasão manifestamente ineficazes para travar a UNITA.

A declaração de Cavaco Silva (Canal 1, Jornal da Tarde de 16/2/93) de que “os três países mediadores tudo têm feito para pôr fim à guerra”

ou que “é impossível fazer mais” não pode ser tomada à letra. Independentemente de o papel de Portugal ser reconhecidamente positivo e de o país não ter meios suficientes para, por si só, se fazer ouvir por Savimbi, é evidente que sobejam meios, aos países mediadores, pelo menos à superpotência que resta, para se fazer ouvir... e obedecer! Se dúvidas pudesse haver, bastaria lembrar como um simples sinal dos Estados Unidos, subitamente atentos, foi suficiente para deter Savimbi, quando, depois de ter atacado o Soyo (explorado por empresas europeias), se admitiu que pudesse atacar o petróleo de Cabinda (explorado por empresas norte-americanas).

**Os países mediadores e a ONU têm de se deixar de paninhos quentes** — A ONU e os países mediadores, em especial os EUA, não podem deixar de ser parcialmente co-responsabilizados pela tragédia que se abate sobre Angola. Não têm feito tudo o que estava ao seu alcance para persuadir Savimbi a baixar as armas e a aceitar a democracia. Não era afinal a democracia o supremo objectivo da sua luta de 16 anos, a partir da Jamba, e a razão do apoio dos EUA?

Não me parece convincente o argumento de que toda esta desatenção de Washington tenha a ver com o inevitável compasso de espera imposto pela passagem de testemunho da administração Bush à administração Clinton. Basta, para anular tal presunção, lembrar que mesmo enquanto fazia as malas para deixar a Casa Branca Bush ainda teve tempo para ir dar uns tiros a Bagdad.

As razões são menos inocentes e têm a ver com o ainda influente “lobby” da UNITA no Congresso dos Estados Unidos e a permanência das sequelas da guerra fria. A solidariedade de influentes meios norte-americanos com o seu antigo pupilo, o senhor Savimbi, apesar do seu comportamento comprometedor, manifesta-se no aparente alheamento dos Estados Unidos sobre o que se passa em Angola.

Washington, e também a ONU, fecham os olhos à ajuda decisiva da África do Sul e de Mobutu a Savimbi e dão-lhe assim, na prática, um segundo fôlego, para tentar equilibrar pelas armas os maus resultados eleitorais que surpreenderam o presidente da UNITA e a administração Bush.

Os democratas sinceros e o povo angolano esperam que o capital de esperança da presidência Clinton se materialize rapidamente em acções firmes na defesa da paz, da democracia e dos direitos humanos em Angola. A começar pelo seu reconhecimento diplomático!

Passar Angola do número cento e não sei quantos da agenda de trabalho de Clinton para a ordem do dia, para travar Savimbi e a África do Sul, pode evitar a morte de milhares de angolanos e a catástrofe para o futuro de Angola.

**Não beneficiar o infractor** — A conclusão de que a responsabilidade por esta guerra cabe exclusivamente à UNITA não decorre de uma hipotética bondade congénita da MPLA e duma suposta maldade original da UNITA.

Nem o MPLA representa o império do bem nem a UNITA representa o império do mal. Aquela avaliação decorre do juízo simples e útil de que, para construir o futuro de Angola, é conveniente afastar os bloqueadores juízos de valor sobre o passado da UNITA e do MPLA. Esta análise da realidade não esquece, também, que Angola necessita de uma democracia verdadeiramente pluralista e que esta pressupõe, em pé de igualdade com o MPLA e outros partidos, a existência da UNITA, mas, naturalmente, uma UNITA sem exército privado e que aceite o jogo democrático.

As eleições e o ordenamento democrático do Estado aceites pela UNITA e pelo MPLA, em Bicesse, não podem ser para esquecer. Isso acarretaria gravíssimas consequências, não só para Angola como para o ordenamento jurídico internacional, e em particular para a resolução de situações como as de Moçambique e do Camboja, onde os Khmers Vermelhos estão a tirar as lições da impunidade da UNITA. A comunidade internacional, simbolizada pela ONU e pelos países mediadores, não pode, sem grande descrédito, permitir que em Angola se vá beneficiar o infractor, e têm o dever de tomar com urgência novas e mais firmes iniciativas para parar Savimbi. ■

\* membro da Plataforma de Esquerda

PÚBLICO, 25.2.93

## Luanda insatisfeita com observadores

O GOVERNO angolano manifestou ontem a sua insatisfação em relação à posição tomada pelos países observadores do processo de paz, na sua reunião de terça-feira em Lisboa. "Há aspectos que têm de ser melhor esclarecidos porque tentou situar-se que a responsabilidade relativamente ao cessar-fogo era colectiva", afirmou em comunicado distribuído em Luanda o vice-ministro dos Estrangeiros, Jorge Chikoti.

Na sua reunião, a "troika" dos observadores, Portugal, Estados Unidos e Rússia, evitou qualquer condenação unilateral, advertiu indirectamente ambas as partes e sobretudo apontou os "passos específicos" a dar para resolver a crise no encontro previsto para amanhã em Adis Abeba: data para cessar-fogo, reactivação dos mecanismos de fiscalização, questões de segurança das pessoas, restabelecimento do diálogo directo entre as duas partes e reforço do papel da UNAVEM II.

"As razões do conflito deveriam ser bem abordadas, pois existe uma violação unilateral em termos gerais pela UNITA, que iniciou uma guerra contra os resultados das eleições e na sequência da qual o Governo se confrontou com a necessidade de responder...", prossegue o comunicado de Chikoti, voltando

a frisar que o seu Governo manteve sempre "uma posição clara de que estava disposto a negociar a qualquer momento com a UNITA".

Entretanto em Lisboa, o general Higinio Carneiro que integra a delegação governamental que irá a Adis Abeba, conferenciou com Briosa e Gala, secretário de Estado da Cooperação. No final, Carneiro limitou-se a manifestar à Lusa um "acordo de princípio" com as posições assumidas pela "troika" dos observadores.

Por sua vez, Jorge Valentim, responsável pela Informação da UNITA, em comunicado emitido do Huambo, voltou a criticar a posição portuguesa no conflito. "Não é cortês nem honesto que um país se aproveite da crise angolana e a UNITA não aceita posições colonialistas nem saudosistas". Para Valentim, tanto Portugal como a comunidade internacional deveriam "comportar-se com imparcialidade e não aliar-se a uma das partes envolvidas".

Em Luanda, a rádio oficial noticiou que mais três batalhões da UNITA haviam sido enviados para o Huambo, onde a batalha prossegue sem tréguas. Mais 150 pessoas, na esmagadora maioria civis, teriam sido mortas terça-feira, vítimas de intensos bombardeamentos de artilharia. ■

Governo e UNITA regressam às negociações em Adis Abeba

PÚBLICO, 26.2.93

## Centenas de mortos todos os dias no Huambo

AS "FONTES MILITARES" são as únicas que ligam Huambo ao mundo, no dia em que delegações do Governo e da UNITA regressam a Adis Abeba para a segunda ronda de negociações sobre a crise angolana. Ou são militares governamentais ou patentes do Estado-Maior da oposição armada que veiculam uma situação que continua desconhecida. Raramente fontes independentes.

Fontes militares, em Luanda, citadas pela AFP anunciaram que 500 civis morreram em Huambo, na quarta-feira à noite, onde se intensificaram os combates entre forças governamentais e da UNITA. Os confrontos, segundo as mesmas fontes, caracterizaram-se ontem por duelos de artilharia nas imediações do edifício da Televisão.

Fontes da UNITA, na Jamba, disseram aos microfones da "Vorgan", a emissora rebelde, que as forças governamentais têm de escolher entre "depor as armas ou serem liquidadas". Acrescentaram que tropas da organização montaram barreiras na estrada por onde deverão passar duas colunas de reforços governamentais.

Fontes militares, em Luanda, dizem que as duas colunas, que deixaram Benguela há duas semanas, se encontravam ontem a 120 quilómetros de Huambo. As mesmas disseram que os reforços tiveram violen-

tos recontros com colunas da UNITA, mas que as expulsaram das suas posições depois de 48 horas de combates.

A única informação fiável das últimas 72 horas veio do jornalista angolano independente William Tonet — correspondente da SIC, no Huambo desde o início dos combates, em 9 de Janeiro, e, segundo a Rádio Nacional de Angola, citada pela AFP, "entre a vida e a morte" — segundo o qual a situação na cidade é "muito crítica".

Num trabalho difundido terça-feira pela emissora oficial angolana, Tonet admite que dez mil a 13 mil pessoas já morreram ou foram feridas quando tentavam fugir, surpreendidas pelos bombardeamentos efectuados pelas duas partes. "Têm de ver para acreditar", disse, emocionado, o jornalista. "Há pouca esperança de que a guerra termine brevemente", sublinhou.

Segundo a emissora oficial, mais de 1500 bombas rebentaram no Huambo, mas a estação não disse desde quando. Disse também que 15 casas foram destruídas pela UNITA, com pessoas lá dentro. Mas Rosa Inguane, da agência Reuter, comentou ontem que "não é claro quem controla e que partes da cidade" onde, segundo aquela emissora, as bombas caem constantemente e muitos corpos continuam insepultos, na rua. ■

## A cimeira do desencanto

EXPRESSO, 27.2.93

### Gustavo Costa correspondente em LUANDA

A DELEGAÇÃO do Governo de Luanda que este fim-de-semana deverá participar em Adis-Abeba na segunda ronda de negociações com a UNITA, com vista

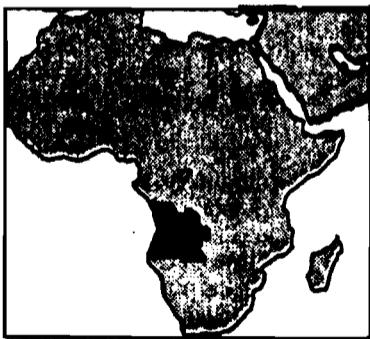
a um estabelecimento de um cessar-fogo imediato partiu para a capital etíope levando na bagagem uma boa dose de ceticismo extensiva a diversos círculos oficiais e que contraria o ambiente de expectativa criado em Lisboa, com a realização da reunião da «troika» de observadores.

Uma fonte diplomática angolana revelou ao EXPRESSO o «seu desencanto pelo comportamento de funcionários da Administração norte-americana», que possibilitaram a fuga de informações relativamente à realização, em Londres, na segunda-feira, de um encontro secreto entre Herman Cohen e uma delegação do Governo angolano, que deveria anteceder a reunião da

«troika» em Lisboa. No encontro, os EUA deveriam propor «uma nova repartição de influência» e a atribuição de «um cargo honorário a Jonas Savimbi». Tratar-se-ia de um cargo com prestígio e poder, para que o líder da UNITA «não se sentisse marginalizado».

Ainda segundo a mesma fonte, o Governo teria acedido a participar no encontro «na esperança de, em contrapartida, ver reconhecido o seu regime», mas o conteúdo das propostas americanas relativas à UNITA, que pretende introduzi-las na agenda da reunião de Adis-Abeba, acabou por provocar uma onda de irritação em Luanda.

Por outro lado, o comunicado dos observadores elaborado em Lisboa foi considerado como «ambíguo» por fontes do Governo de Luanda. Assim, a generalidade dos analistas poucas esperanças deposita em Adis-Abeba, depois de, em vésperas do encontro, se ter agudizado a situação no Planalto Central.



Fustigada desde quinta-feira por um violento incêndio, que, de acordo com fontes militares, queimou dezenas de vivendas, a cidade do Huambo viu igualmente reduzido a cinzas o seu antigo Jardim Zoológico. Milhares de corpos em decomposição jazem nas ruas, ameaçando provocar uma epidemia que, segundo a Cruz Vermelha, poderá torná-la inabitável nos próximos tempos.

No plano militar, o braço-de-ferro em torno do Huambo poderá ter-se concentrado na Ganda (província de Benguela), segundo fontes do Estado-Maior General das FAA, onde as tropas governamentais estão a defrontar-se com uma forte resistência da UNITA. Esta resistência não representa, porém, a vitória já reivindicada pela UNITA, uma vez que, em resposta e a fim de evitar a destruição de mais pontes, a aviação governamental dizimou a rectaguarda das FALA, no Alto Catumbela, tendo aparentemente causado «baixas significativas».

Na quinta-feira, o Governo voltou, entretanto, a reforçar as suas posições em Benguela, com a transferência para a Catumbela de um poderoso contingente estacionado em Cabinda, que irá auxiliar a coluna das tropas governamentais que pretende tomar de assalto o Huambo.

Representantes do movimento de Savimbi não chegaram a Adis Abeba

# À espera da UNITA

PÚBLICO, 27.2.93

Do nosso enviado  
António Matos, em Adis Abeba

As conversações Governo-UNITA para o cessar-fogo em Angola só amanhã deverão ter início em Adis Abeba. Este adiamento deve-se ao atraso da delegação do movimento rebelde de Jonas Savimbi, que ontem era aguardada na capital etíope, mas de cujo paradeiro não havia qualquer informação desde que viajou do Huambo. A delegação governamental e todos os mediadores desta segunda ronda negocia já se encontram em Adis Abeba.

Margareth Anstee, representante especial do secretário-geral das Nações Unidas e principal mediadora das negociações de paz em curso em Angola, tinha elaborado plano para a deslocação até à capital etíope dos elementos da UNITA que viajaram do Huambo. Ontem, porém, nem a diplomata britânica sabia onde se encontravam Eugénio Manuvakola e os cinco acompanhantes.

Instalou-se a perplexidade no "hall" do hotel Hilton de Adis Abeba, por onde passaram durante toda a manhã os elementos da delegação governamental, chefiada por Faustino Muteka e Higinio Carneiro, e das representações dos países observadores do processo de paz — Portugal, Rússia e Estados Unidos. Depressa se percebeu que a reunião não começaria ontem e que talvez as 48 horas seguintes fossem de turismo.

A capital etíope já tinham chegado, entretanto, os representantes da UNITA em Nova Iorque, Marcos Samondo, e em Londres, Isaias Samukuva, cujo peso negocial não parece ser

significativo. Instalados no hotel Ghillow, estes dois homens estariam no epicentro de um diferendo protocolar, já que era sua intenção instalarem-se no principal hotel da cidade, onde se encontram todos os outros participantes nas negociações.

A semelhança do que aconteceu na primeira ronda, de 28 a 31 de Janeiro último, a delegação da UNITA parece, no entanto, definitivamente disposta a ficar instalada num hotel à parte. O Ghillow voltou, então, a ser objecto de aparatosas medidas de segurança, actividade com que os etíopes se mostram particularmente obcecados.

## Pressão da Cruz Vermelha

O adiamento do início das negociações para o dia em que estava previsto o seu encerramento revela, na opinião de alguns diplomatas que viajaram para Adis Abeba, a "fragilidade" actual dos esforços de paz. No encontro de Adis Abeba, o principal objectivo volta a ser a marcação de uma data para o cessar-fogo no território angolano, onde desde Outubro último se estima que já tenham morrido, vítimas da guerra, mais de 60 mil pessoas.

Este balanço, associado aos alertas do Programa Alimentar Mundial, que diz haverem mais de três milhões de angolanos a passar fome e vulneráveis às doenças, levou o de-

legado da Cruz Vermelha Internacional em Luanda, Vincent Nicod, e o seu próximo substituto, Cristophe Borel, a viajarem para Adis Abeba. "É uma forma de pressão para as duas partes despertarem para a urgência de tréguas para a ajuda humanitária às populações", justificou Cristophe.

No final do seu encontro em Lisboa, os governantes dos três países observadores do processo de paz angolano consideraram prioritária a questão da ajuda humanitária. Em Adis Abeba existe porém um cepticismo generalizado quanto à marcação de uma data para o cessar-fogo. A Cruz Vermelha vai, portanto, tentar sensibilizar directamente as partes para a abertura de corredores humanitários que possam, nomeadamente, socorrer as populações da província do Huambo.

## Chuva de obuses

O Planalto Central continua a ser o principal palco dos confrontos entre o exército governamental e as tropas rebeldes, que ontem eram acusadas pelas Forças Armadas Angolanas de terem flagelado a cidade do Huambo com 1500 obuses de vários calibres.

Os combates nesta cidade parecem, entretanto, aumentar de intensidade. O jornalista angolano William Tonet, que ali ficou retido desde o início dos confrontos, disse à Rádio Nacional de Angola que as duas partes têm um potencial bélico para prolongarem a guerra até ao fim do ano.

[A Vorgan, emissora da UNITA, afirmou ontem que o jornalista, correspondente da SIC, foi "gravemente ferido" quinta-feira no Huambo, e se encontra em "estado crítico".]

O exército rebelde de Jonas Savimbi parece manter o domínio da maior parte da antiga Nova Lisboa, que se admite seja agora uma cidade fantasma, desabitada e reduzida a escombros. As forças governamentais resistem na área do palácio governamental e na parte ocidental da cidade.

As informações sobre os reforços das Forças Armadas Angolanas (FAA) que há cerca de 15 dias saíram do Lubango e Benguela são contraditórias, mas fontes militares de Luanda admitiam ao PÚBLICO, na quinta-feira, que as duas colunas têm enfrentado vários obstáculos no terreno — pontes destruídas e minas — e travado duros combates com grupos armados da UNITA.

A este cenário, a anteceder a reunião de Adis Abeba, juntaram-se informações não confirmadas de ambos os lados. A imprensa oficial angolana diz que o secretário para a Informação da UNITA, Jorge Valentim, foi preso pela guarda pessoal de Savimbi quando tentava fugir — depois da notícia da fuga de um filho deste dirigente para a Namíbia — e a UNITA diz ter feito prisioneiro Mateus Chitayi, que identifica como comandante das forças governamentais do Huambo. As FAA já desmentiram, porém, esta informação, dizendo que o comandante-em-chefe das forças do Huambo é Jack Raul. ■

## Um resto de esperança **Simão Cacete** PÚBLICO, 28.2.93

Após mais de 40 dias de combate pelo seu controlo, a cidade do Huambo foi transformada pelo Governo e pela UNITA na Sarajevo angolana. E enquanto prossegue a destruição da segunda cidade de Angola, numa autêntica carnificina, a comunidade internacional mantém um silêncio expectante quanto basta. Até porque não há imagens dos edifícios destruídos, dos cadáveres insepultos, que encham as ruas e que tornam o ar tão fétido que a aproximação só é possível a pessoas equipadas com máscaras. E como só as imagens impressionam a opinião pública, prossegue a discussão em torno de quem é o responsável por esta situação, quem ganhou ou perdeu a legitimidade.

Depois as vítimas do Huambo — e de outras "Huambos" que o prosseguimento da guerra se encarregará de criar — serão classificadas em vítimas legítimas e ilegítimas!

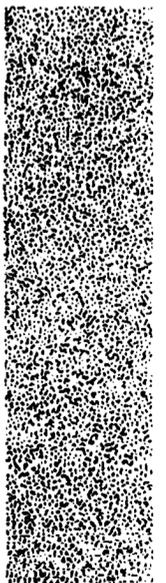
É hora do MPLA e da UNITA fazerem jus aos seus "slogans" eleitorais — "Angola no coração" e "Primeiro os angolanos, os angolanos sempre". É hora de adoptarem uma postura conciliadora, capaz de restabelecer a confiança necessária para o relançamento do processo de

paz. O cessar-fogo é urgente porque é necessário pôr fim ao holocausto de angolanos: porque é necessário salvar a vida a milhares de angolanos tornados reféns desta violência gratuita.

Aos angolanos, apesar do cepticismo, ainda resta alguma esperança! Cabe às duas partes não os defraudar. As lições dos 16 anos de guerra civil fazem antever que o prosseguimento desta guerra só terá derrotados — Angola e os angolanos. Por isso, cabe à comunidade internacional estimular o Governo e a UNITA a porem fim à guerra.

A adopção de um embargo total ao fornecimento de armas a Angola seria já um sinal. Qualquer atitude de apoio a qualquer das partes, por maiores que sejam as justificações, será um contributo para o prolongamento da guerra. E é preciso não esquecer que as feridas profundas abertas no convívio entre os angolanos ameaçam destruir completamente a frágil base da construção da nação angolana. Quanto mais se prolongar o conflito, menores serão as hipóteses para a sobrevivência de Angola. A radicalização de posições em nada contribui para o estabelecimento do clima necessário à obtenção de resultados positivos. ■

\*candidato presidencial angolano pela Aliança Democrática



## Comentário

José Eduardo Aqualusa

PÚBLICO, 28.2.93

## Dividir é multiplicar

LUANDA, 22 de Janeiro de 1993. Sexta-feira. Grupos de civis armados atacam dezenas de cidadãos zairenses e angolanos das províncias do Norte. Os ataques ocorrem quase ao mesmo tempo em vários pontos da cidade. Mulheres vestindo os tradicionais panos do Congo são espancadas e violadas; jovens seguidores de Papa Wemba, um exuberante cantor zairense, famoso pelas suas roupas largas e coloridas, são interrogados na rua: exige-se deles uma espécie de exame de português. Os que não demonstram suficiente agilidade na língua de Camões são violentamente agredidos. Muitos morrem.

Interrogados pela Televisão Popular de Angola, os agressores adiantaram explicações para a sua fúria: "os 'zaikôs' querem matar o Zédu!" Ao afirmarem isto reproduziam informações veiculadas pela Rádio Nacional, segundo as quais o Governo do Zaire teria planeado um atentado contra José Eduardo dos Santos. Os motivos para mais este massacre, poucas semanas após a morte de Jeremias Chitunda, Salupeto Pena e centenas de outros militantes da UNITA, são muito complexos, mas as declarações dos populares não deixam dúvidas quanto às responsabilidades do actual Governo angolano.

Em Angola começou entretanto a circular uma "Exortação sobre a Sexta-Feira Sangrenta", dirigida a todos os bakongos. É uma estranha, desesperada e quase patética reivindicação de angolanidade e, ao mesmo tempo, do direito à diferença: "Quando um português do Norte fala 'binho' em vez de 'vinho' alguma vez lhe mataram em Lisboa?", pergunta-se. E, mais à frente, vem a clara ameaça: "Este tratamento de estrangeiros que nos dão no nosso próprio país, que não aceita diversidade de culturas, levam certos radicais bakongo a pensar numa guerrilha para formar o nosso Estado, porque a UNITA não é o único que sabe disparar, podemos vir a coroar o nosso rei porque o herdeiro do trono bakongo ainda existe e conhecemo-lo."

Os acontecimentos de 22 de Janeiro e a consequente reacção das populações de origem bakonga são normalmente esquecidos no debate que se vem travando sobre o futuro de Angola e a eventual divisão do país como forma de pôr termo à guerra civil. No entanto, parecem-me extremamente importantes por várias razões: primeiro porque realçam uma realidade que, apesar de evidente, não tem sido tomada em conta: em Angola não vivem apenas ovimbundus e luandenses. Dividir o país em duas partes, entregando uma ao MPLA e outra à UNITA, é dividi-lo em mil. É multiplicar por mil os problemas, tensões e conflitos actuais.

O mesmo documento — juntamente com uma carta dirigida a José Eduardo dos Santos e assinada por personalidades de língua kikongo — levanta ainda a questão da dificuldade em separar grupos étnicos. A verdade é que se nunca houve em Angola fronteiras étnicas bem definidas (e em algum lado as há?), hoje é praticamente impossível separar populações com base na língua que falam. Existe uma vasta população de ovimbundus e bakongos a viver em Luanda. Muitos já nasceram na grande cidade e adaptaram-se a ela; partilham as mesmas referências e têm os mesmos anseios dos jovens luandenses, filhos e netos de luandenses. Existem ovimbundus a viver no Namibe. Existem brancos de ascendência madeirense (os chamados "chicoronhos", corruptela de "senhor colono") que habitam há gerações entre os mucubais, perdidos nas altas montanhas da Huíla. Existem pessoas de língua materna quimbundu, ou portuguesa, em todas as regiões de Angola. E existem depois aqueles que têm pai ovimbundu e mãe de Luanda, ou de São Tomé, ou até da vizinha república do Zaire; existem as inumeráveis combinações de tudo isto.

Ao mesmo tempo, há milhares e milhares de pessoas — um número que aumentou muito após a independência e continua a crescer todos os dias — que se reconhecem como angolanos de Cabinda ao Cunene, porque em todo o lado encontram memórias e por toda a parte criaram alianças de sangue.

O documento que começámos por citar, embora diminuído pelo excesso de algumas contradições — entre as quais a tentativa de conseguir o reconhecimento da angolanidade dos chamados "zairenses", pondo em causa a angolanidade de outras minorias —, avança no entanto com aquela que é, no fundo, a única forma de resolver o problema angolano: o reconhecimento do direito à diferença. A construção de um país único, no respeito pela identidade de todos os grupos étnico-culturais. Isto significa, por exemplo, aceitar o lingala (idioma nascido na República do Zaire) como mais uma língua nacional, pois é a língua materna de muitos angolanos; ou aceitar que um angolano se sinta também português e utilize o respectivo passaporte, como é o caso de muitos dirigentes do MPLA e da UNITA; aceitar que o escritor Sousa Jamba escreva em inglês e que o cantor Sam Mangwana — que apoiou a campanha eleitoral da UNITA — fale um dia como zairense e no outro como angolano.

**DOS SANTOS DEMITE MINISTRO DAS FINANÇAS** — José Eduardo dos Santos exonerou ontem o ministro das Finanças, Salomão Xirimibi, e o director do Banco Nacional de Angola, Sebastião Lavrador, argumentando com o "incumprimento das directivas do último Conselho de Ministros em matéria económica". Segundo nota da presidência divulgada em Luanda, "não foi tida em conta a necessidade de serem ouvidos os restantes ministros antes da aplicação das medidas aprovadas, mas não sancionadas pelo Parlamento". Na sequência da aprovação de uma série de medidas — o "Plano de Estabilização Económica" —, o novo cuanza (moeda nacional angolana) sofreu uma forte desvalorização, que mereceu duras críticas por parte de trabalhadores e empresários. (Cem dólares valiam, antes da aplicação prática das medidas, 650 mil novos cuanzas no mercado paralelo, contra mais de um milhão actualmente). Xirimibi e Lavrador serão substituídos, respectivamente, pelo ministro do Comércio e Turismo, Manuel Carneiro, e pelo vice-presidente do Banco Nacional, Genérico de Almeida.

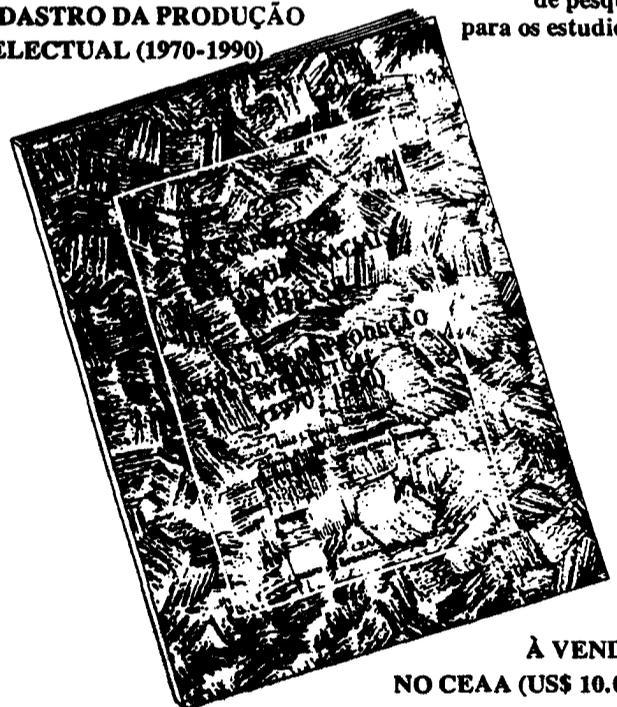
PÚBLICO, 25.2.93

**"TERÇA À NOITE" EM ANGOLA** — Os angolanos vão poder ouvir em directo, via rádio, a próxima emissão do programa de Miguel Sousa Tavares na SIC, "Terça à Noite". Atendendo ao interesse do tema — o reinício da guerra em Angola e as responsabilidades da quebra do cessar-fogo — e à importância dos participantes — Manuel Rui Monteiro, do Governo, e Sousa Jamba, da UNITA —, o programa será transmitido simultaneamente pela SIC e pela Antena Comercial de Luanda.

PÚBLICO, 1.3.93

**ESCRavidão e Relações Raciais no Brasil — CADASTRO DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL (1970-1990)**

Um importante instrumento de pesquisa para os estudiosos



À VENDA NO CEEA (US\$ 10.00)

## INTERNACIONAL

Governo angolano só espera pela UNITA até hoje de manhã

# ONU luta contra falhanço

Do nosso enviado  
António Matos,  
em Adis Abeba

*A UNITA diz que não tem segurança para viajar até Adis Abeba e não apareceu. Um golpe de teatro no diálogo pela paz em Angola. A ONU pensa que as condições de segurança oferecidas são suficientes, mas para evitar o fracasso desta iniciativa avançou com um apelo de tréguas. O Governo não disse 'não', mas também não disse 'sim': propôs um corredor para a saída dos dirigentes da oposição armada. "Se a UNITA não vier, será trágico", diz a representante de Butros-Ghali.*

**E**u não posso imaginar que o Governo fizesse qualquer coisa que pudesse matar os elementos da delegação da UNITA", disse ontem em Adis Abeba a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para Angola, Margaret Anstee, a propósito da acusação do movimento rebelde segundo a qual a força aérea governamental teria intensificado os

bombardamentos no Huambo nos últimos dias.

À uma hora da madrugada de ontem, a UNITA disse que não estaria na capital etíope para a segunda ronda das negociações de paz para Angola. Fez-lo através de um comunicado enviado para as redações da Lusa e da RDP em Lisboa e através de um telefonema para Margaret Anstee, que se encontra no Hotel Hilton de Adis Abeba.

Começava aí uma história interminável, de consultas e comunicados, para evitar o que para muitos parecia ser o fim do processo de paz angolano. Para as Nações Unidas, sob cuja égide decorrem as negociações, a ausência da UNITA "seria sumamente grave, seria trágica".

A questão angolana, que está permanentemente na agenda do Conselho de Segurança da ONU, teria então de ser revista naquele órgão, ainda segundo a representante especial de Butros-Ghali.

Descarrilaria definitivamente um processo que o secretário geral das Nações Unidas "acompanha pessoalmente com toda a ansiedade" — ainda segundo Anstee. Butros Ghali chegou a considerar esta ronda especial — que até à hora em que era feito este despacho estava na iminência de não se realizar — "uma viragem para Angola".

Era preciso evitar a todo o custo a tragédia e Margaret Anstee procurou alternativas para a segurança dos elementos da delegação da UNITA que supostamente viajaria desde a flagelada cidade do Huambo.

## Os argumentos da UNITA

"Parte da delegação não conseguiu partir [do Huambo] como estava previsto por causa de intensos bombardeamentos da aviação de Angola e sobrevoos de diferentes áreas da província.", reafirmaram em Adis

Abeba os representantes da UNITA em Londres e em Nova Iorque, que se encontram na capital etíope desde quarta-feira.

Chamando a si o papel de vítima, depois de 24 horas de espera dos observadores e da delegação das Nações Unidas, a oposição armada angolana acusa o Governo de uma "intensificação deliberada das operações aéreas na província do Huambo".

Para o movimento de Jonas Savimbi, o objectivo do Governo seria "forçar a ausência da delegação da UNITA em Adis Abeba", tirando daí "proveito político em culpar a UNITA como faltosa".

A hora a que estas declarações eram feitas em Adis Abeba, já a representante especial do secretário-geral da ONU se desdobrava em contactos e consultas, com a delegação governamental e com representantes dos países observadores do processo de paz em (Portugal, Rússia e Estados Unidos). A diplomata britânica andou num verdadeiro corripio durante todo o dia.

Depois de ter posto à disposição do movimento rebelde dois helicópteros (num deles seguindo o Chefe de Estado-Maior da Missão da ONU em Angola e noutro o Chefe de Operações da mesma missão, que recolheriam a delegação no Huambo e a transportariam para um local a designar pela própria UNITA), um avião de pequeno porte (que pudesse deslocar a delegação até Kinshasa, capital do Zaire, levando ainda os oficiais superiores das Nações Unidas) e um avião de longo curso (que se encontra em Kinshasa pronto a deslocá-los para Adis Abeba), as Nações Unidas não conseguiram demover os dirigentes da UNITA das suas questões de segurança.

Numa conferência de Imprensa ao princípio da noite de ontem na capital etíope, Margaret Anstee desabafaria: "Estou certa de que as medidas propos-

tas originalmente garantiriam a segurança da delegação da UNITA. Se eu não estivesse segura disso, não poria em risco as vidas do pessoal da UNAVEM [Missão da ONU em Angola] e dos pilotos das Nações Unidas".

Colocando agora em xeque já não só a UNITA, mas também o Governo angolano, a diplomata britânica disse depois deste desabafo ter feito um "apelo de tréguas imediatas" que deveria entrar em vigor até às 24h00 de ontem.

Uma trégua que serviria para garantir o transporte da delegação da UNITA e permitiria "a assistência humanitária desesperadamente necessária" — explicou Anstee.

## A alternativa do Governo

A representante de Butros-Ghali obteria do Governo garantias de que abriria um corredor para deslocar a delegação da UNITA até ao Gove, localidade 70 quilómetros a sudeste da cidade do Huambo, onde, segundo ainda o Governo angolano, a UNITA e o seu exército têm a sua direcção e comando militar e que dispõe de um aeródromo. Até às 22h00 de ontem, a UNITA ainda não tinha respondido.

A delegação governamental disse ainda estar disposta a permanecer em Adis Abeba durante todo o dia de hoje, à espera de um contacto da UNITA.

O local de onde os dirigentes da UNITA se mantêm em contacto com a representante de Butros-Ghali permanece uma incógnita. Questionada sobre o assunto durante a conferência de imprensa, Anstee diria que tem falado com Eugénio Manuvakola e Jaka Jamba através de um telefone-satélite que pode ser movimentado e que por isso não sabe onde eles se encontram. ■

## O palmarés da democracia

A CONFERÊNCIA de Imprensa de Margaret Anstee decorreu na sala das sessões da Organização de Unidade Africana (OUA). Numa das paredes, os retratos dos 30 fundadores, pintados a óleo, formam um painel com a forma do continente. É imediato um pensamento: de todos os líderes africanos ali retratados, muito poucos são os que continuam vivos ou morreram de morte natural.

Entre os vivos, contam-se o rei Hassan II, de Marrocos, e o senegalês Leopold Senghor, entretanto galardoado com o Prémio Nobel da Literatura.

Dos que foram brutalmente assassinados recordam-se Ahmed Sekou Touré, da Guiné, Milton Obote, do Uganda, Abdel Gamal Nasser, do Egipto, Ben Bella, da Argélia, Aden Abdolal Osman, da Somália.

Hailé Selassié, imperador da Etiópia que em Maio de 1963 inaugurou o edifício-sede da OUA e foi o seu primeiro líder, seria morto na sua cama em 1974, dando lugar à ditadura pró-soviética de Mengistu Hailé Mariam.

Ali, naquele painel, está desenhado o palmarés da democracia em África. ■

António Matos,  
em Adis Abeba

Diplomatas cépticos sobre a paz em Angola

PÚBLICO, 1.3.93

# UNITA promete chegar hoje

Do nosso enviado  
António Matos,  
em Adis Abeba

O movimento rebelde angolano negou as tréguas e o corredor proposto pelo Governo, mas diz que vai a Adis Abeba pelos seus próprios meios, uma informação surpreendente em que poucos acreditam. Tudo leva a crer que a guerra vai continuar por muito tempo ainda.

A UNITA disse não ao apelo de tréguas feito sábado pela representante especial para Angola do secretário-geral da ONU e rejeitou a proposta do Governo de abertura de um corredor para a saída do Huambo dos seus representantes, mas disse que chegará hoje, pelos seus próprios meios, a Adis Abeba.

A posição do movimento rebelde angolano foi ontem transmitida a Margaret Anstee, que advertiu a UNITA de que deveria viajar com os meios postos à sua disposição pela Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM). Ninguém parece acreditar, no entanto, que a segunda ronda negocial venha a realizar-se.

Um encontro informal entre representantes do Governo e da UNITA terá ocorrido na capital etíope, segundo fontes diplomáticas em Adis Abeba, mas a

reunião não redundou senão num série de recriminações mútuas entre o general Ita, por Luanda, e os delegados da oposição armada angolana em Londres e Nova Iorque, Isaias Samakuva e Marcos Samondo.

O movimento de Jonas Savimbi pode ter colocado, com os excessivos adiamentos da chegada da sua delegação à capital etíope, o ponto final na tentativa de reabilitar o cessar-fogo assinado em Portugal em 31 de Maio de 1991.

Apesar da nova oportunidade dada à UNITA pelas Nações Unidas — prolongou o adiamento da reunião para 72 horas — o cepticismo mantém-se entre os elementos da delegação de Luanda e das representações de Portugal, Rússia e Estados Unidos, que se encontram em Adis Abeba desde sexta-feira.

Depois de três dias de espera na capital etíope, a delegação governamental está pronta a regressar a Luanda, ao meio-dia de hoje. Caso a UNITA não compareça, Higino Carneiro, chefe desta delegação, não tem dúvidas: "Os próximos tempos serão de guerra". O cessar-fogo estará definitivamente enterrado.

À capital angolana regressam também, neste caso, a representante de Butros-Ghali, Margaret Anstee, e os embaixadores que representam Portugal, Rússia e Estados Unidos, nas estruturas do processo de paz. Partem sem dar respostas sobre o que será, depois deste fracasso, o futuro de Angola.

Mas, na hipótese de o encontro de Adis Abeba não se realizar, os observadores têm já preparada uma resposta que certamente será dirigida à UNITA. Essa resposta foi estudada no recente encontro de Lisboa, entre os responsáveis pelas pastas de África e da Cooperação dos Estados Unidos, Rússia e Portugal, respectivamente Herman

Cohen, Gregory Karáassin e Brice e Gala, e fazia parte da "agenda secreta" dessa reunião.

O que começa a ser consensual entre os observadores é que aqueles três países vão ver diminuída a sua intervenção no processo angolano, no que serão gradualmente substituídos pelas Nações Unidas. Um paradoxo, já que o aumento do protagonismo da ONU, depois do já inevitável fracasso da ronda negocial de Adis Abeba, organizada sob os seus auspícios.

Angola passou a estar permanentemente na agenda do Conselho de Segurança e o carácter irreversível das decisões deste organismo confere grande importância à Resolução 804, de 29 de Janeiro. Nessa decisão, o Conselho de Segurança repetia a condenação "firme" à atitude belicista da UNITA, apelava a todos os países do mundo para que dessem todo o apoio pacífico ao novo Governo angolano e condenava a ingerência armada de outros países em Angola. Esta resolução foi, aliás, referida no final do encontro de Lisboa.

A África do Sul e Zaire são os países que o Governo angolano tem insistentemente apontado como estando envolvidos nas operações militares da UNITA. Este movimento armado continua, segundo o Governo angolano, a "flagelar" a cidade do

Huambo, cuja conquista se tornou num trunfo negocial para o encontro de Adis Abeba. E são cada vez mais os que admitem que a delegação da oposição armada só não viajou na data marcada para a capital etíope porque a cidade de Huambo continua dividida.

PÚBLICO, 1.3.93

## Corrida bizarra aos mercenários

O GOVERNO angolano e a UNITA estariam a recrutar, separadamente, mercenários das tropas de elite sul-africanas para combaterem em Angola, noticiou o semanário "Sunday Times", publicado em Joanesburgo, na sua edição de ontem.

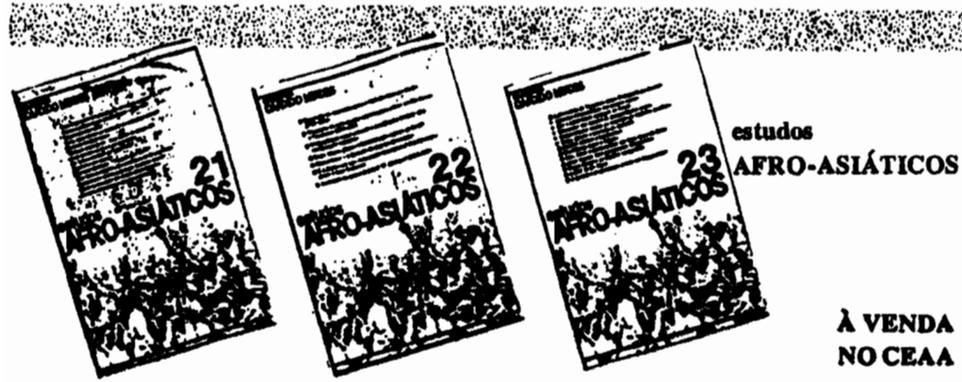
Segundo o periódico, que corrobora uma informação anterior, no mesmo sentido, veiculada pelo semanário de língua afrikander "Rapport", os soldados da fortuna estariam a ser arrematados entre os quadros do Batalhão 32 ("Búfalo", em vésperas de desmantelamento), no dissolvido Bureau de Cooperação Civil (CCB) e nos pertencentes aos serviços de operações secretas militares.

O "Sunday Times", que cita fontes militares sul-africanas, os mercenários a soldo do Governo angolano — um total de 80 homens, seriam organizados em quatro pelotões — teriam como missão reconquistar o Soyo, 60 quilómetros a sul de Cabinda, e lançar uma grande ofensiva contra a UNITA nas regiões meridionais do país.

O jornal chega a nomear os sul-africanos ao serviço de Luanda, como Lafras Luitingh, antigo responsável do CCB (também conhecido por "esquadrão da morte") e com palmarés conhecido por serviços anteriores prestados em Angola, mas ao lado da oposição rebelde.

Preocupado com as notícias, e emprestando-lhes implicitamente credibilidade, o Governo sul-africano tomou a iniciativa, inédita, de lembrar, em comunicado, a ilicitude criminosa dos alistamentos. "Numa inversão de papéis bizarra, Pretória debate-se agora em evitar que mercenários sul-africanos vão para Angola", escreve o "Sunday Times", enquanto o representante de Luanda em Pretória, Manuel Augusto, declarou aos jornalistas que as notícias "são absolutamente disparatadas".

Ainda segundo o influente jornal sul-africano, os mercenários — três dos quais já partiram para Luanda, em "excursão", enquanto cinco estarão na residência do embaixador de Angola no Botswana, a aguardar guia de marcha — seriam registados como funcionários das principais companhias petrolíferas que operam em Angola e seriam pagos a cinco mil dólares por mês. ■



São Tomé

PÚBLICO, 27.2.93

# Nova demissão no partido do Governo

O ANTIGO primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Daniel Daio, demitiu-se ontem do cargo de secretário-geral do Partido de Convergência Democrática/Grupo de Reflexão (PCD-GR), menos de dois meses depois de Filinto Costa Alegre (outro peso-pesado do partido) se ter demitido das funções de líder parlamentar.

Lacónico, um comunicado da Comissão Política do partido do Governo distribuído à Imprensa limitou-se a invocar razões pessoais não especificadas e a sublinhar que Daio se manterá nas fileiras do partido "suspendo das suas funções até à realização do Congresso".

Convocado na sequência da contundente derrota averbada nas autárquicas de Dezembro último, o II Congresso (previsto para Março) irá encontrar o PCD-GR com uma liderança precária, as bases instáveis e a cúpula dividida entre os que entendem que é tempo de abandonar o Governo e relançar o partido e os que sustentam que o barco da governação ainda é maneável.

Em boa verdade, não se poderá dizer que o afastamento de Daniel Daio foi inesperado. Após a demissão do seu governo pelo Presidente Miguel Trovoada, Daio terá indicado em círculos privados que preferiria regressar à simples condição de militante. A surpresa está na inoportunidade do seu gesto, que deixa o partido — a menos de um mês do Congresso — a braços com mais uma vacatura a nível cimeiro.

Entretanto, o Governo é fustigado pela oposição, cuja virulência redobrou de intensidade nos últimos tempos: o gabinete do primeiro-ministro Norberto Costa Alegre tem-se mantido basicamente coeso e não se deixou, aparentemente, "contaminar" pelos problemas internos do partido, mas dificilmente sairá incólume da cruzada de obstrução que o MLSTP-PSD se prepara para lançar, e que, de resto, já estará em marcha.

O líder do partido, Carlos Graça, vai iniciar uma série de reuniões com as bases. A anunciada intenção de derrubar o Governo será certamente a questão-chave a ser discutida, estando já implicitamente assegurado o alinhamento da ON-TSTEP, central sindical afecta ao MLSTP.

A crise pode mesmo estar já em andamento. Neste momento, através dos seus autarcas eleitos na capital, o partido de Carlos Graça protagoniza um braço-de-ferro com o Governo, cujo objectivo pode ser precipitar os acontecimentos. Os autarcas, que não tinham instalações distribuídas quando foram empossados há duas semanas, ocuparam sem autorização duas residências do Estado sugerindo que só sairiam quando o Governo lhes disponibilizasse alojamento condigno.

Um dos melhores edifícios da capital (concebido para residência do chefe do Governo) foi-lhes entregue, mas ontem mesmo os autarcas fizeram saber que não iriam abandonar as duas residências ocupadas. O Executivo, pela voz do ministro do Equipamento Social e Ambiente, Oscar Sousa, deu um prazo e afirmou que irá forçar, se necessário for, a desocupação.

O que na aparência é um diferendo de pouca importância pode vir a transformar-se num barril de pólvora. O MLSTP-PSD entregará as mãos de contentamento se o Governo vier a enveredar por uma posição de força.

Outro sinal revelador da precariedade da actual situação política são os acalorados preparativos para a transformação da Acção Democrática Independente em partido. Inspirada pelo Presidente Miguel Trovoada, a ADI prepara-se, ao que tudo indica, para uma eventual antecipação das legislativas, hipótese que já ninguém se atreve a excluir. ■

Conceição Lima,  
em S. Tomé

ÁFRICA DO SUL

## Preparar a «Codesa 3»

TEMPO de reflexão: depois da decisão, no princípio desta semana, dos políticos governamentais e do executivo do Congresso Nacional Sul-africano (ANC) em aceitar a participação do movimento zulu Inkhata de Buthelezi nas negociações multipartidárias sobre o processo de transição democrática da África do Sul, multiplicam-se os contactos a todos os níveis.

O objectivo é garantir o maior êxito possível da próxima reunião multipartidária, que terá lugar na sexta-feira, e que se destina a preparar a Conferência multipartidária ou «Codesa 3» (Convenção para uma África do Sul Democrática), a realizar no final de Março ou Abril e que deverá finalmente decidir sobre o processo das eleições gerais de 1994 e a elaboração de uma Constituição provisória.

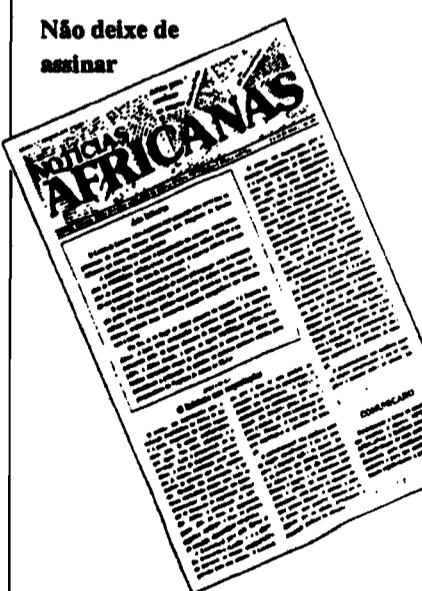
Até agora, as negociações sobre a transição política estiveram circunscritas ao Governo e ao ANC, a quem as sondagens imputam uma intenção de voto de cerca de 60 por cento dos eleitores. Mas Buthelezi, ministro-chefe do bantustão Kwazulu/província do Natal, declarou por várias vezes que boicotaria o processo negocial, alegando um «acordo secreto» entre os dois principais parceiros. O Inkhata, que ele lidera, tem um apoio significativo entre os zulus, fundamentalmente no seu Estado, mas restrito entre a população negra em geral (não mais que três por cento do voto africanos, a acreditar nas pesquisas de opinião mais recentes).

Basicamente, todos pare-

cem estar agora de acordo em conduzir um processo que, este ano ainda, conduza à criação de um «Conselho Executivo Transitório» que administre o país a partir de Junho e à aprovação de uma Constituição provisória. Das eleições — «livres, justas e multiraciais» — de 1994 sairia uma assembleia que elaboraria um Texto fundamental definitivo e um «Governo de unidade nacional» com a participação de todos os partidos que tenham obtido um número mínimo de votos nas eleições. Mas o seu funcionamento, a distribuição dos cargos e o enquadramento da partilha de poder entre a minoria branca e a maioria negra são pontos ainda em aberto. Até ver.

Lúisa Meireles

Não deixe de assinar



Várias publicações em uma

Uma seleção criteriosa de recortes das principais notícias sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e sobre a África Austral publicadas nos jornais

Observador português da CE na África do Sul

## «Existe hoje um alto nível de intolerância política»

EXPRESSO, 27.2

A ÁFRICA do Sul é hoje um «caldeirão» de experiências de uma sociedade fechada que tenta, dificilmente, implementar um sistema democrático e aberto. As divergências entre brancos e «de cor», acresce um outro conflito político mais ancestral — o existente entre negros, que se tem expressado na sua forma mais dramática e violenta na província do Natal ou Kwazulu, «feudo» do Inkhata, a organização do líder zulu Buthelezi, que se opõe ao Congresso Sul-Africano (ANC).

Nessa província tem-se registado o maior número de actos de violência política e aí encontra-se um diplomata português, João Caetano da Silva, colocado como um dos quatro observadores da Comunidade Europeia, que acompanha de perto o processo político de transição. É considerado pelos seus «pares» como o líder dos mediadores, pela experiência que acumulou durante três anos e meio passados na África do Sul, 20 meses na Namíbia e seis na Jugoslávia. Há algumas semanas, a sua presença no terreno quase lhe custou a vida, quando foi surpreendido entre fogo cruzado.

**EXPRESSO** — Como está a evoluir o processo de paz sul-africano?

**JOÃO CAETANO DA SILVA** — As estruturas previstas no acordo de paz, assinado em Setembro de 1991 pelas principais forças políticas sul-africanas, estão progressivamente a ser implementadas, mas o seu funcionamento nem sempre é eficiente. Os 11 comités regionais de resolução de conflitos previstos já estão a funcionar, bem como os cerca de 80 comités locais espalhados por toda a África do Sul.

**EXP.** — Quais são as principais dificuldades encontradas pelas missões de observadores?

**J.C.S.** — O Natal continua a ser a zona onde ocorre maior violência política. É nessa área que o conflito Inkatha/ANC tem a sua máxima expressão. No âmbito judicial, existem aspectos importantes dos acordos de paz que não foram ainda implementados, como a criação de tribunais criminais, essenciais para acelerar o julgamento de crimes políticos e a aplicação de programas para protecção de testemunhas, que possam levar as comunidades negras a colaborar mais com a polícia e os tribunais.

A vinda dos observadores internacionais foi rodeada de grandes expectativas que não podem ser, na sua maioria, correspondidas. O mandato dos observadores é limitado, porque são poucos e não dispõem de meios efectivos de pressão sobre as instituições e os partidos que os levem a cumprir os acordos de paz assinados. Por outro lado, existe um alto nível de intolerância política nas cidades negras que é muito difícil de combater. Para alguns elementos de certas forças políticas, a prossecução da violência é uma forma táctica de tentar alcançar objectivos estratégicos.

**EXP.** — Mas a presença dos observadores internacionais tem contribuído para a diminuição da violência?

**J.C.S.** — A violência tem diminuído — ou até cessado — a nível de demonstrações políticas e funerais de militantes de partidos, sempre que os observadores estão presentes. Mas actos esporádicos como emboscadas ou ataques imprevistos são difíceis de contrariar, nesse aspecto, não tem havido resultados palpáveis.

**EXP.** — A polícia sul-africana tem sido frequentemente acusada de ser um obstáculo na transição política para um sistema democrático e multi-racial...

**J.C.S.** — A presença de um número significativo de oficiais da polícia nas missões da CE e da comunidade britânica tem-nos permitido obter uma imagem mais técnica e menos ideológica da Polícia Sul-Africana (SAP). Do ponto de vista técnico, a SAP cumpre relativamente bem, tendo em conta as condições difíceis em que opera. Mas em algumas áreas a sua actuação continua a ser parcial em detrimento do ANC. A SAP está, contudo, a mudar e procura dar mais atenção às relações com as comunidades negras, de forma que a desconfiança destas em relação a ela diminua. No Natal/Kwazulu opera também a polícia de Kwazulu, em relação à qual temos mais reservas, dado o seu menor profissionalismo.

**EXP.** — O que quer dizer com isso? Que ela eventualmente colabora ou fecha os olhos a actos de violência?

**J.C.S.** — A nossa presença constante nas zonas de conflito

permite-nos assistir à actuação no terreno da polícia do Kwazulu. Trata-se de um corpo policial menos disciplinado e organizado do que a SAP — os seus membros nem sempre se encontram em uniforme ou identificados, sendo difícil de detectar quem são e qual é a cadeia hierárquica de comando numa certa área.

**J.C.S.** — Dado o elevado índice de violência política no país, alguns observadores dizem que ocorre uma guerra civil de baixa intensidade. Concorda?

**J.C.S.** — O conceito de guerra civil é muitas vezes um conceito de natureza política, dependendo a classificação da perspectiva que se defende. Na África do Sul, registam-se cerca de duas mil mortes por ano, fruto da violência política. Em 1992, foram também assassinados cerca de duzentos elementos da polícia. Podendo ou não considerar a situação como de guerra civil, não se pode deixar de afirmar que o nível de violência é muito alto, sendo difícil imaginar neste momento que, em tal clima, se possam realizar, em algumas áreas, eleições livres e justas.

**EXP.** — Qual o comportamento dos partidos do ANC e do Inkhata, perante o processo de paz?

**J.C.S.** — A mensagem política das lideranças nacionais é, na grande maioria dos casos, positiva e dialogante. Já, porém, a nível regional e local, o discurso é muito mais radical e agressivo, o que incita por vezes a população à violência. Esta discrepância entre os líderes nacionais e locais, que prosseguem muitas vezes estratégias próprias de poder, constitui um dos problemas fundamentais do processo de paz sul-africano.

**EXP.** — Pensa que pode vir a assistir-se a uma certa fragmentação política da África do Sul? Até que ponto as lideranças nacionais poderão dominar as regionais tendo em vista uma situação de paz mais ampla?

**J.C.S.** — É do conhecimento público a concordância entre as lideranças nacionais das principais forças políticas sul-africanas para a realização de eleições democráticas e multi-raciais no decurso do próximo ano. Com a aproximação da data das elei-

ções e o desenvolvimento do processo de transição, políticas partidárias mais eleitorais e agressivas em certas regiões serão inevitavelmente sacrificadas em detrimento do objectivo de reconciliação nacional que se pretende atingir. Isso conduzirá a uma maior sintonia — no sentido da moderação — entre esses discursos partidários à escala local e regional e a mensagem e estratégia políticas dos líderes nacionais.

**EXP.** — É previsível que, com a aproximação das eleições, os observadores tenham um papel mais activo no futuro?

**J.C.S.** — Será muito difícil mudar o mandato dos observadores internacionais definido na Resolução 772 das Nações Unidas. Mas a definição do calendário político sul-africano num futuro próximo e a marcação da data de eleições irão reforçar o papel dos observadores internacionais na confirmação de que existem condições em certas áreas para realizar eleições de um modo livre e justo. Isso permitir-lhes-á — caso o queiram — ter mais influência sobre o comportamento das partes signatárias dos acordos, levando-as a cumprir com mais empenhamento aquilo que está estipulado. É também previsível que, dada a complexidade do processo de transição política e do processo eleitoral, as eleições sejam observadas por alguns milhares de monitores internacionais.

**EXP.** — Acha que este processo terá uma conclusão pacífica como o da Namíbia ou evoluirá para uma guerra civil como em Angola?

**J.C.S.** — Sou optimista. Apesar da complexidade do processo e das diferenças de opinião existentes, a mensagem dos líderes políticos é conciliatória, demonstrando vontade de entendimento. Como em qualquer outro processo desta natureza, existirão sempre recuos e quebras no diálogo mas, na generalidade, o processo de transição continua a avançar, dado os principais líderes estarem conscientes que, por vezes, é necessário sacrificar objectivos secundários para alcançar o principal — uma transição pacífica e relativamente estável para uma «nova» África do Sul, democrática e multi-racial.

**Luísa Meireles**

Comandante das forças da ONU em Moçambique

## «O nosso trabalho ainda não começou»

CHEGOU há duas semanas a Moçambique, primeiro país africano que pisa nos seus 58 anos de vida. É brasileiro, comanda as forças multinacionais da Operação das Nações Unidas para Moçambique (Unomoz) e trabalha pela primeira vez para a ONU. Chama-se Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, tem a patente de major-general e fala três línguas: português, inglês e castelhano.

Em entrevista ao EXPRESSO, em Maputo, o militar brasileiro manifesta-se «plenamente» optimista quanto ao desfecho do processo de transição em curso em Moçambique.

Defende, na mesma linha, que os ataques de atiradores furtivos ocorridos nas estradas são apenas «incidentes» e cuja resolução «compete à Polícia». EXPRESSO — Em sua opinião, o acordo geral de paz para Moçambique é realista ou utópico?

**LÉLIO GONÇALVES DA SILVA** — Considero o acordo bastante realista, apesar de alguns atrasos e de eu próprio só ter chegado há poucos dias a Moçambique. Já tive contactos com a direcção da Renamo, aqui em Maputo, e com o Governo. Concluí que ambas as partes estão seriamente empenhadas na busca da paz e a nossa actuação é de mera mediação, acordada pela Renamo, pelo Executivo moçambicano e pelas Nações Unidas.

EXP. — Pensa que o Acordo Geral de Paz está a ser respeitado por Maputo e pela Renamo?

L.G.S. — Acho que sim.

Temos uma Comissão de Cesar-Fogo (CCF) e essa comissão tem reuniões periódicas. Sempre que for reportada alguma ocorrência ou alguma queixa de qualquer das partes,

esse problema é levado à CCF, composta por elementos da ONU, do Governo e da Renamo. Até agora não tivemos problemas de maior e todos os casos que nos foram comunicados têm encontrado solução no âmbito da CCF.

EXP. — Estarão, de facto, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama interessados em levar a bom termo o acordo que ambos assinaram a 4 de Outubro do ano passado?

L.G.S. — Acredito plenamente no empenhamento das duas partes. Nas conversas que tive com o Presidente Joaquim Chissano e com o secretário-geral da Renamo, Vicente Ululu, ambos me deixaram uma impressão absoluta de que estão empenhados no processo de paz.

EXP. — Há, internamente, vozes afirmando que «os capacetes azuis», que o senhor comanda, estão a fazer «turismo» em Moçambique, não tendo poderes efectivos para fazer face a qualquer eventualidade. Quer comentar?

L.G.S. — É preciso ver que fomos convidados pelo Governo de Moçambique e pela Renamo e não estamos aqui para impor nada. Viemos para cooperar na pacificação do país. Até agora, só temos no terreno — em todo o território — observadores militares desarmados, enquanto os ofici-

EXPRESSO, 27.2

ais do Estado-Maior iniciaram já os preparativos para o começo da chegada dos militares armados. O nosso verdadeiro trabalho ainda não começou. Queremos, primeiro, concentrar as nossas forças nas respectivas posições. A partir daí é que, de facto, iniciaremos o trabalho que nos trouxe cá. Julgo que não se faz turismo no interior de Moçambique, como é o caso das matas de Nampula e da Zambézia.

### Competências diferenciadas

EXP. — Tomou conhecimento dos ataques lançados por atiradores furtivos ao longo das estradas?

L.G.S. — Trata-se de assaltos cuja resolução não é da nossa responsabilidade. Essa função compete à Polícia e julgo que ela tem capacidade suficiente para manter a ordem.

EXP. — Estes incidentes não serão o princípio do fim da paz em Moçambique, como aconteceu em Angola?

L.G.S. — Não acredito. Este tipo de incidentes ocorre em qualquer processo de paz, muitas vezes por iniciativa de militares de baixa patente. Mesmo nesses casos, quando os problemas são levados ao conhecimento dos oficiais superiores, são tomadas providências. Posso assegurar aos moçambicanos que aqui não vai acontecer nada do que se passa em Angola, tudo será resolvido de comum acordo entre a ONU, a Renamo e o Governo.

### «Os incidentes vão desaparecer»

EXP. — Ao considerar como actos banditescos, a resolver pela Polícia, os ataques nas estradas do país, a Unomoz não estará a me-

nosprezar uma situação perigosa, que pode ganhar corpo?

L.G.S. — Não. Se o problema existe da maneira como tem sido relatado nos jornais, é a Polícia que deve agir. Não se trata de uma acção nem da Renamo nem do Governo em violação dos acordos, razão pela qual nós estamos aqui. São actividades de grupos armados. Não me parece que essas acções venham a prejudicar o processo de paz.

EXP. — Já ouviu falar dos guerreiros «Naparamas» e dos guerrilheiros da UDEMO, de Gimo Phiri, que actuam no vale do Zambeze?

L.G.S. — Já vi alguns relatos em jornais a respeito desses grupos, mas também não creio que venham a constituir um problema sério, porque as duas partes que têm capacidade para fazer a paz em Moçambique são a Renamo e o Governo. Estou certo que esses incidentes com «Naparamas», a UDEMO e outros grupos desaparecerão logo que a Frelimo e a Renamo o desejarem e o processo de paz se inicie. Acredito plenamente que a missão da Unomoz vai ser um sucesso.

EXP. — Tem algum plano para se avistar com o líder da Renamo nos próximos dias?

L.G.S. — Essa decisão pertence a Afonso Dhlakama. Se fomos saudar o Presidente Chissano foi em resposta a um gesto de cortesia da parte dele. Podemos encontrar-nos com o líder da Renamo quando, como e onde ele quiser. Mas não vamos solicitar nenhuma audiência desse género. Temos as comissões com as quais trabalhamos e onde estão representantes do Governo e da Renamo.

Refinaldo Chilenge  
correspondente em  
Maputo

O PRIMEIRO incidente envolvendo forças da Operação das Nações Unidas para Moçambique (UNOMOZ) e soldados governamentais registou-se terça-feira, em Chimoio, capital da província central de Manica, quando um helicóptero transportando quatro «capacetes azuis» italianos perdeu o contacto com a torre de controlo local e efectuou uma aterragem de emergência num campo de futebol onde se podiam ver bandeiras da ONU. Os tripulantes foram levados compulsivamente por soldados governamentais para um quartelamento periférico, sendo libertados momentos depois.

Os soldados italianos, que chegam segunda-feira para ultimar os preparativos para a chegada do batalhão que vai proteger o «corredor da Beira», pretendiam encontrar-se em Chimoio com uma delegação militar do Zimbabwe.

Um batalhão de 1.300 soldados italianos deveria completar o seu desembarque hoje, mas a Itália anunciou que não vai enviar as suas tropas para

## O primeiro incidente

Moçambique enquanto não for clarificado o seu papel na estrutura de comando da ONUMOZ, chefiada pelo brasileiro Lélío Gonçalves da Silva.

Entretanto, Harare e a Renamo continuam a melhorar o seu relacionamento. Uma delegação militar dos antigos rebeldes moçambicanos visitou esta semana o Zimbabwe, acontecimento que foi acompanhado por uma cobertura jornalística inédita: o principal jornal local, o «Herald», publicou uma extensa entrevista, ilustrada, do tenente-general Mateus Ngonhamo, vice-presidente e comandante geral das forças da Renamo.

A delegação liderada por Ngonhamo, acompanhado por um brigadeiro e um capitão, visitou, entre outros locais, o complexo militar de Nyanga,

próximo da fronteira com Moçambique, onde durante a guerra Maputo mandou treinar, sob orientação de instrutores britânicos, mais de 3.000 comandos, que eram baptizados com o nome daquele campo e extremamente temidos pelos guerrilheiros da Renamo.

Terminadas as hostilidades, Londres manifestou disponibilidade para continuar a treinar em Nyanga militares que constituirão as futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), compostas por 30.000 homens, a seleccionar, em partes iguais, dos exércitos governamental e da Renamo.

A ideia foi inicialmente posta em causa pelo movimento rebelde mas, na visita que efectuou recentemente à Grã-Bretanha, Afonso Dhlakama disse aos seus interlocutores que já tinha ultrapassado as suas suspeitas em relação a Londres e que o processo de formação no centro militar do país vizinho poderá ser accionado.

R.C.

## Moçambique

PÚBLICO, 27.2.93

# ONU pode suspender envio de observadores

O REPRESENTANTE das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajello, afirmou ontem que vai ser "forçado" a pedir a esta organização que suspenda o envio de observadores militares para o país porque os pontos de acantonamento e desmobilização não estão todos identificados e supervisionados.

Numa conferência de imprensa realizada ontem no quartel-general da operação Onumoz, Ajello exortou o Governo moçambicano e a Renamo a ultrapassarem a "desconfiança", de forma a acelerar o processo de envio das equipas da ONU para o país. As forças armadas da Renamo e do Governo esperam ser enviadas para esses pontos, cujos primeiros 12 foram abertos em Janeiro. Supervisionados pela ONU, foram criados como zonas de trânsito onde os soldados são desmobilizados ou permanecem até à incorporação no exército unificado. Mas revelaram-se impraticáveis, não só pela falta generalizada de água no país como por se encontrarem em zonas de acesso arriscado devido aos terrenos minados.

Nos próximos dias devem chegar a Maputo 60 observadores internacionais, um número ainda longe dos 354 previstos pelas Nações Unidas, apesar do aviso de Ajello. Por outro lado, o envio de capacetes azuis, cujo primeiro contingente de 1200 militares italianos era esperado hoje, foi adiado por alguns dias devido

a problemas técnicos no barco que os transporta, explicou.

Em Moçambique estão já cerca de 20 oficiais italianos que, na Beira, coordenam os preparativos para a criação de um corredor estratégico entre esta cidade portuária e o Zimbábue.

O atraso na operação, ainda que de dias, levanta "problemas", afirmou o comandante da operação militar da ONU em Moçambique, o general brasileiro Lélcio Gonçalves da Silva, que chegou ontem à Beira onde inspeccionou os preparativos para a chegada dos capacetes azuis. "Os observadores internacionais estão preparados para começar a trabalhar e este atraso foi frustrante", afirmou. Lélcio da Silva explicou que o dispositivo previsto pela ONU está quase montado. "Tudo depende agora das duas partes e nós não estamos aqui para impor nada".

Ajello explicou que agora trata-se de resolver um "problema de base", isto é, criar um clima de "confiança" entre Governo e a oposição armada que "continuam a não comunicar, o que não é saudável". A presença em Maputo do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, facilitaria o processo de aproximação. "Dhlakama podia avistar-se directamente com o Presidente Chissano e acelerar as coisas", sublinhou Ajello, que divulgou a instauração de um inquérito para apurar os responsáveis pelas seis violações ao cessar-fogo já registadas. ■

Cabo Verde

PÚBLICO, 27.2.93

## Veiga prepara remodelação

O MINISTRO das Pescas, Agricultura e Animação Rural, Gualberto do Rosário, vai ser o próximo líder da bancada parlamentar do Movimento para a Democracia (MpD) de Cabo Verde — apurou o PÚBLICO na Cidade da Praia. Esta mudança, que deve ser anunciada a qualquer momento, irá abrir caminho para o primeiro-ministro, Carlos Veiga, proceder à remodelação do seu Governo.

Com efeito, o chefe do Executivo da Praia tem já em mãos o pedido de demissão do seu ministro da Cultura e Comunicação, Leão Lopes, cuja imagem se desgastou em menos de um ano de Governo. Oficialmente, vai demitir-se para poder dedicar-se às filmagens de uma longa metragem baseada no romance "Ilhéu de contenda", do escrito cabo-verdiano Teixeira de Sousa.

Para além destes casos, Carlos Veiga deveria ter revelado, na quinta-feira, à Comissão Política do MpD, o nome do novo secretário executivo do partido. Tudo leva a crer que ele esteja a ter dificuldades para convencer o ministro da Justiça, Eurico Monteiro, ou o dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, a assumirem essa tarefa, que vinha sendo exercida por José António dos Reis.

Neste momento, circula nos meios políticos da Praia o comentário de que Carlos Veiga está a procurar ganhar no gabinete o jogo que perdeu há um mês na Convenção do MpD, de onde saiu em minoria. O seu esforço é ten-

tar equilibrar as forças através de uma redistribuição dos principais dirigentes a nível do partido, do Governo e da Assembleia Nacional, onde o MpD possui mais de dois terços dos mandatos.

A mudança de Gualberto do Rosário para o parlamento é, aparentemente, a primeira vitória de Carlos Veiga nessa "contra-ofensiva", uma vez que conseguiu substituir um fiel por outro homem da sua confiança, isto é o deputado José António dos Reis, que devido ao seu comportamento autoritário vinha sendo contestado pelos seus companheiros de bancada.

Para além de Gualberto do Rosário, constam ainda da direcção do grupo parlamentar do MpD os nomes dos deputados Luis Leite, Germano Almeida, Benvindo Oliveira, André Afonso, Júlio Almeida e Arnaldo Silva. Curiosamente, este último esteve quase a ser eleito líder do grupo, mas acabou por ser preterido uma vez que, desde que deixou de ser secretário de Estado da Comunicação Social, no ano passado, terá deixado de pertencer à esfera de Carlos Veiga.

De acordo com fontes do MpD, novas surpresas deverão ser reveladas nos próximos dias. Há um mês que a Comissão Política tem vindo a reunir-se de modo a proceder à reestruturação dos órgãos do partido, mas até à data nada foi anunciado sobre o teor dos debates que vêm decorrendo. ■

José Vicente Lopes,  
na Cidade da Praia

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos. Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instituição - Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembleia, 10/Conj. 501, Tel. (021)224-8622/R. 259, Fax (021)307-1155  
20119-900 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Assinatura anual: US\$ 200.00 - Assinatura semestral: US\$ 100.00

COLIN DARCH  
UNIVERSITY LIBRARY  
UNIVERSITY OF WESTERN CAPE  
PRIVATE BAG X-17  
BELLVILLE 7536  
ÁFRICA DO SUL

IMPRESSO